



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

ISSN: 1809-449X

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação

Matos, Sheila Cristina Monteiro; Faria, Lia Ciomar Macedo de
A intelectual Maria Yedda Leite Linhares: memórias e diálogos
Revista Brasileira de Educação, vol. 24, 2019
ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

DOI: 10.1590/S1413-24782019240026

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27559571020>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos academia projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

ARTIGO

A intelectual Maria Yedda Leite Linhares: memórias e diálogos

Sheila Cristina Monteiro Matos¹ 
Lia Ciomar Macedo de Faria² 

RESUMO

O texto analisa a atuação da intelectual Maria Yedda, secretária municipal de Educação no Rio de Janeiro (1983 a 1986). Primeira professora catedrática concursada no Brasil, como secretária, Maria Yedda teve papel preponderante na formulação e implementação do Centro Integrado de Educação Pública, oferecido para cerca de mil alunos em tempo integral no espaço escolar. O trabalho segue uma metodologia histórico-dialética, apresentando cunho qualitativo e memorialista. O estudo evidencia que, tanto na esfera política como na cultural, Maria Yedda construiu um trabalho edificante, cuja tessitura buscou referenciar novas perspectivas na concepção do processo educacional, lutando contra o analfabetismo crônico e zelando por alternativas de ingresso de crianças pobres ao mundo letrado.

PALAVRAS-CHAVE

intelectuais; Centro Integrado de Educação Pública; Maria Yedda Leite Linhares.

¹Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

THE INTELLECTUAL MARIA YEDDA LEITE LINHARES: MEMORIES AND DIALOGUES

ABSTRACT

The text analyzes the performance of the intellectual Maria Yedda, municipal secretary of education in Rio de Janeiro (1983 to 1986). First woman to be a full-time professor in Brazil, Maria Yedda, as secretary, played a leading role in the formulation and implementation of the Centro Integrado de Educação Pública (Integrated Centers of Public Education), for about 1,000 full-time students in the school space. The work follows a dialectical historical methodology, presenting a qualitative and memorialist character. The study shows that in both political and cultural spheres, Maria Yedda constructed an edifying work, whose structure sought to refer new perspectives in the conception of the educational process, fighting against chronic illiteracy and taking care of alternatives for poor children to enter the literate world.

KEYWORDS

intellectuals; Centro Integrado de Educação Pública; Maria Yedda Leite Linhares.

LA INTELECTUAL MARIA YEDDA LEITE LINHARES: MEMORIAS Y DIÁLOGOS

RESUMEN

El texto analiza el desempeño de la intelectual María Yedda, secretaria municipal de educación en Río de Janeiro (1983 a 1986). Primer profesora catedrática en Brasil, María Yedda, como secretaria, tuvo un papel preponderante en la formulación e implementación de los Centro Integrado de Educação Pública (Centros Integrados de Educación Pública), para cerca de 1,000 estudiantes de tiempo completo en el espacio escolar. El trabajo sigue una metodología histórica dialéctica, presentando una perspectiva cualitativa y memorialista. El estudio muestra que tanto en el ámbito político como en el cultural, María Yedda construyó una obra edificante cuya estructura buscó referir nuevas perspectivas en la concepción del proceso educativo, luchando contra el analfabetismo crónico y cuidando de alternativas para que niños pobres lograran el mundo alfabetizado.

PALABRAS-CLAVE

intelectuales; Centro Integrado de Educação Pública; María Yedda Leite Linhares.

INTRODUÇÃO

O cenário de disputa política para a tentativa de um projeto contra-hegemônico já vinha sendo construído no período da redemocratização do Brasil, pós-ditadura civil-militar, na década de 1980.

Novos pensamentos, novas teorias e práticas pedagógicas davam sinal de futuras mudanças no quadro educacional, marcado por profundas crises de gerenciamento na educação, cuja gênese de diferentes concepções político-pedagógicas foi marcada por práticas clientelistas no estado e na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objeto estudar a atuação da secretaria municipal de Educação Maria Yedda Leite Linhares, de 1983 a 1986. A historiadora foi a primeira catedrática concursada no Brasil e, como secretária municipal no Rio de Janeiro, teve papel preponderante na formulação e implementação do I Programa Especial de Educação (I PEE), que criou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) para cerca de mil alunos em tempo integral no espaço escolar.

O I PEE foi um programa de educação integral para as classes populares, assinalando que o aluno de comunidades em vulnerabilidade social deveria permanecer mais tempo na escola. Para tanto, foram projetadas 500 unidades escolares em bairros populares.

A recuperação desse momento da história da educação é balizada em um estudo que sinaliza as tensões, contradições e possíveis legitimações de ações, que objetivavam princípios e intenções pautadas no coletivo das classes populares — estas historicamente silenciadas na construção de um projeto de nação.

O trabalho é de abordagem qualitativa e apresenta cunho memoria-lista. Assim, foi elaborado sob premissas da metodologia histórico-dialética, a fim de assinalar “formas metodológicas conflitantes e antagônicas de apreender o real” (Frigotto, 2008, p. 76). Da mesma forma, visa a assinalar como personalidades e ativistas conseguiram elaborar projetos e propostas que alteraram o cenário educacional no país e, especificamente, no estado do Rio de Janeiro.

Conforme Frigotto (2008), a produção teórica levou em consideração pesquisas bibliográfica e documental. Nesse mister, foram realizadas visitas em arquivos para coleta de material registrando diversas leis, programas, decretos, resoluções, portarias e planos conexos ao estudo e àquela conjuntura política. Também foram feitas pesquisas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, nos acervos do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Educação e no Centro de Referência da Educação Pública do Município do Rio de Janeiro.

Além dos documentos dos arquivos, outra fonte histórica utilizada no confronto de dados foi o jornal,¹ que, conforme Capelato (1988), é uma forma de representação de um dado contexto.

O método de organização e análise foi pautado em história oral, na premissa de que as falas e os testemunhos desvelam os processos sócio-históricos, econômicos e culturais nos quais os intelectuais forjaram novas experiências educativas. Na assertiva de Thompson (2002), a realidade é complexa e multifacetada, e o mérito principal da história oral revela-se em sua maior amplitude que a maioria das fontes, permitindo a multiplicidade original dos pontos de vista.

Nesse sentido, aproximando a metodologia ao pensamento de Alberti (2013), deve-se ressaltar que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de, no caso específico deste trabalho, buscar compreender o pensamento-ação de Maria Yedda Linhares. Assim, o trabalho contempla diálogos com assessores diretos da professora: Francisco Carlos Teixeira da Silva e Silas Ayres de Mattos; com a oposição do sindicato dos professores à época: Godofredo Saturnino da Silva Pinto e Hildésia Alves de Medeiros; e com as pesquisadoras: Libânia Nacif Xavier e Lia Faria. As gravações das entrevistas encontram-se arquivadas no Laboratório de Educação e República (LER), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As “transcrições”² dessas gravações tornaram-se objeto de domínio público em Matos (2017a, 2017b, 2017c, 2018), em que se esclarecem datas de realização, roteiro e formas de processamento.

O cruzamento das fontes escritas com as fontes orais, buscando dialeticamente a complexidade em que as instituições escolares foram gestadas, foi relevante para observar contradições, limites e possíveis avanços no campo da produção do conhecimento.

CONTEXTOS E CONCEITOS

República vem do latim *res-publica*, ou seja, a coisa pública, a coisa comum. Para Ribeiro (2008, p. 18), a temática republicana pressupõe uma ideia de dever, “proclamando a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular”. Lafer (1989, p. 221, grifos nossos) analisa que a ideia republicana faz referência

-
- 1 A escolha pelos jornais utilizados foi baseada no estudo de Abreu e Lattman (2001), que ressalta a ampliação do alcance de periódicos depois da fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro. Relevante foi considerar que o jornal *O Dia* era, até a década de 1980, propriedade de Chagas Freitas, que o *Jornal do Brasil* representava um indicador das transformações que se operavam na imprensa, com base nas mudanças políticas e econômicas, ao passo que *O Globo* foi o jornal que apoiou a derrubada do regime constitucional, em 1964. Por esses motivos, o *Jornal do Brasil* foi priorizado.
 - 2 Conforme Meihi e Holanda (2015, p. 134-136), a “tradução” do oral para o escrito não se opera com uma simples transcrição. A “transcrição” aproxima-se do sentido e da intenção original que o colaborador deseja comunicar, sendo considerado um fundamento-chave para a história oral.

à ênfase no bem público, no federalismo e, não menos importante, nas “virtudes cívicas de cidadania, necessárias para aperfeiçoar a convivência coletiva, voltada para a utilidade comum que tem como um de seus ingredientes o tema da *educação pública ao alcance de todos*”.

Portanto, o exercício do republicanismo remete a uma série de questões que atribuem à esfera do bem comum um espaço a ser cogitado e conquistado pela participação popular. No entanto, esse termo vem distanciando-se do seu paradigma original pela falta do exercício ético e político e, em particular na sociedade brasileira, pela ausência de uma sociedade republicana.

Em plena efervescência política que caracterizou a transição do período autoritário à redemocratização nacional, a implementação do I PEE (1983-1986) representava uma crítica à pedagogia hegemônica, característica do sistema autoritário. Nas palavras de Cavaliere (2002, p. 96),

[...] o rescaldo do período autoritário aliado à ainda forte influência das ideologias político-revolucionárias resultava num profundo desinteresse pelas questões da educação escolar, por parte do que se poderia chamar de forças progressistas intelectuais e políticas.

Nessa moldura, a participação política dos educadores marcou a década de 1980.

Saviani (2008) sinaliza que dois vetores distinguiam o movimento organizativo-sindical nessa década. O primeiro foi caracterizado pelo significado social e político da educação, decorrente da busca por uma escola pública de qualidade e com acesso democrático. O segundo vetor é a preocupação voltada para o aspecto econômico-corporativo de caráter reivindicativo, que ocasionou grandes greves ao longo dessa década. De forma mais enfática, Neves (2005, p. 86) ainda salienta:

Em parte devido [...] ao fortalecimento da organização social contra a ditadura militar, no plano empírico, em parte devido à conceituação restrita do Estado Capitalista, como comitê da burguesia, no plano teórico, desenvolveu-se em larga escala no Brasil dos anos 1980 uma visão dicotômica da relação entre Estado e sociedade civil, na qual a aparelhagem estatal, espaço exclusivamente burguês, era responsável pela perpetuação de poder das classes apropriadoras, enquanto a sociedade civil organizada, de forma homogênea, constituir-se-ia no espaço de redenção das classes produtoras diretas.

Não era de estranhar que o cotidiano escolar sofria influências de uma conjuntura balizada em leis ainda sob a tutela da ditadura militar (1964-1985). Currículos, cultura avaliativa, bem como a relação professor-aluno eram gestadas em uma perspectiva fabril, em que a ideia enfocava a eficácia e a eficiência na produtividade escolar. A esse respeito, Coutinho (2002, p. 24) afirma:

[...] a ditadura foi modernizadora não no sentido do que estivesse a serviço da nação ou do povo brasileiro; ela certamente desenvolveu a economia brasileira,

modernizou-a, elevou o nosso capitalismo a um patamar superior, porém sempre a serviço exclusivo do grande capital.

A partir da influência da modernização, o processo de consolidação da hegemonia também foi realçado na escola, de forma que anestesiasse o senso crítico e a uniformizasse o senso comum, favorecendo um ideário reproduutivo, cuja tessitura conduzia à formação de homens e mulheres passivos, acríticos e alienados do seu processo histórico.

Em 1982, ocorreram eleições diretas para governador em todos os estados brasileiros. No Rio de Janeiro, venceu Leonel Brizola, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro, que assumiu a presidência do I PEE. Maria Yedda foi escolhida para a gestão municipal. Naquele período, o cenário fluminense era tomado pela clivagem entre o brizolismo e o antibrizolismo (Faria, 2011). As ações do brizolismo eram fundamentadas no legado das características do trabalhismo histórico. Em contrapartida, nas relações político-partidárias fluminenses havia a presença significativa de elementos da hegemonia chaguista,³ expressa em práticas clientelistas. Nessas práticas, ainda permaneciam algumas manobras que, por meio do uso da “máquina política”, facilitavam o suborno, a corrupção, a manipulação eleitoral, entre outras.

No que tange ao professorado fluminense, alguns educadores combatiam tais práticas no seio das escolas públicas, mas outra parcela se beneficiava dessa rede clientelista, utilizando a política de concessão de benefícios, favores e barganhas na área da educação, como transferências de escola e nomeação de diretores. Na análise de Emerique (1997, p. 40),

[...] as questões que trouxeram a rejeição do magistério às iniciativas do governo [...] resumiam-se no fato de o projeto não compactuar com o clientelismo existente no sistema público de educação, pois sendo a educação a maior máquina de emprego do país e o estado o principal empregador, este fato abria margem para a corrupção clientelística entre o político e o professor, [...] criando conivências que o governo e o PEE pretendiam eliminar.

Estudiosos apontam que o I PEE foi emblemático em sua consecução. Para Mignot (2001), a utopia dos CIEPs encontrou solo fértil naquele momento histórico, pois permitia uma experiência pedagógica rica às crianças pobres. De acordo com Paro *et al.* (1988, p. 27),

[...] o fundamento da proposta CIEP é de uma filosofia que pretende desenvolver o progresso intelectual das massas, elevando seu nível de concepção de vida para formar um bloco intelectual-moral com consciência crítica da sua capacidade de transformação prática da realidade.

³ Chagas Freitas foi o governador anterior a Leonel Brizola, cujo histórico, conforme Faria (2011), indicava o uso de práticas antidemocráticas.

Nos escritos gramscianos,⁴ a formação de *intelectuais* torna-se fundamental para a consistência da luta pelos interesses das classes subalternas, para daí, por meio da revolução, governarem e orientarem a gênese do novo modelo de sociedade. Para Gramsci (1968), todos os homens são considerados intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais. Nessa assertiva, o autor problematiza tal conceito teórico, uma vez que distingue os intelectuais que são forjados na sociedade de classes.

Nesse contexto de contradições, observa-se que a *intelectual* Maria Yedda se comprometeu com as classes populares. Ao reler entrevistas, estudos, artigos e citações a respeito de sua luta, refletiu-se com base nos apontamentos de Bosi (1994, p. 59): “posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que for possível, a fisionomia dos acontecimentos”.

Considerando o atual sistema de estrutura e de conjuntura capitalistas em que estamos inseridos, no qual nos esquecemos de pessoas que lutaram por justiça social e cultural, Bosi (1994, p. 19) salienta que esse tipo de sociedade destrói os suportes materiais da memória, bloqueando os caminhos da lembrança, além de arrancar seus marcos, possibilitando o apagamento de seus rastros.

A discussão conceitual trazida neste trabalho sobre memória remonta a outra ideia de Bosi (1994): que essa ação tem uma perspectiva de reconstruir e reinterpretar os acontecimentos dos quais sujeitos foram participantes ou testemunhas de determinado tempo histórico. A reposição do risco de pensamento e a tensão do agir-lembrar é algo presente, quando lembranças vão emergir. Embora se faça um exercício de recordação, a memória é um cabedal infinito de informações, em que só registramos fragmentos.

Nessa moldura, o trabalho propõe-se a analisar a atuação de Maria Yedda na Secretaria Municipal de Educação como um exercício de memória, considerando que, segundo Le Goff (2003, p. 469), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Ainda cabe destacar a categoria “hegemonia”, fundamental para o entendimento dos bastidores da política educacional da época. Em sua luta pela hegemonia cultural e política, cada classe social se deve ater a conjugar dois dilemas: o primeiro seria a problematização de como forjar seus próprios intelectuais, vinculados organicamente às novas formas de atividade que ele introduz na história. O segundo trataria do questionamento sobre como lutar pela conquista e assimilação dos valores progressistas encarnados e transmitidos pela camada dos intelectuais “tradicionalis” (Gramsci, 1968).

MEMÓRIAS E DIÁLOGOS

Maria Yedda Leite Linhares nasceu em Fortaleza, Ceará, em 1921. Os pais eram potiguares e de formação intelectual bastante simples, porém preocupados em

⁴ Entendendo, como Coutinho (1990, p. 58), que, “se as categorias de Gramsci nos ajudam a compreender nosso passado, está na sua capacidade de iluminar o nosso presente a razão de seu ‘valor brasileiro’”.

conhecer o mundo letrado. O pai começou a trabalhar com 6 anos e era corretor do comércio de algodão. A mãe nunca frequentou escola, mas era leitora de Machado de Assis e autodidata em francês. Em seus primeiros 12 anos, Maria Yedda também não frequentou escola por influência de sua mãe,⁵ dedicando seu tempo ao teatro (Baldez, 2008; Moraes e Rego, 2002). Há registros de que o início da paixão de Yedda por história confunda-se com os ideais que derrubaram a República Velha:⁶

Acho que despertei para a História aos 8 anos, quando passou em Fortaleza [...] a caravana da Aliança Liberal,⁷ que vinha do Sul [...] Não havia rádio, televisão, estradas ou trens que ligassem o Brasil de Norte a Sul. [...] foi aí que tive a primeira noção de movimento, de algo interferindo no presente para mudar as coisas. (Murillo e Saul, 1998, s./p.)

Desde então, Maria Yedda começou a se posicionar na direção da revolução e da resistência: “Acho que era anarquista sem saber [...] O interessante é que papai ficou uma fera, mas não podia proibir a filha de se manifestar” (Ferreira, 1992, p. 216-217). Por questão econômica, a família de Yedda mudou-se para o Rio Grande do Sul, logo depois da Revolução de 1932 (Baldez, 2008). Em 1933, a família foi para o Rio de Janeiro.

Em 1938, Maria Yedda foi campeã da Maratona Nacional de História, disputando com notáveis brasileiros, como Darcy Ribeiro (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 124). “Foi uma surpresa, pois esperavam que o vencedor seria de um dos grandes colégios, como o Pedro II, o Instituto Lafayette, o Colégio Rabelo” (Moraes e Rego, 2002, p. 25). Em 1939, foi aprovada para a Universidade do Distrito Federal (UDF),⁸ instituição de Anísio Teixeira,⁹ que na visão de Yedda era um “projeto moderno, inovador, que congregava o que havia de melhor nos círculos intelectuais de então” (Moraes e Rego, 2002, p. 24). Cabe destacar entrevista com o professor Francisco Carlos,¹⁰ em que ele afirma: “sem entender Anísio Teixeira e a relação de Anísio Teixeira com a UDF, nós não podemos entender a vocação da Maria Yedda para a questão da educação” (Matos, 2017b, p. 109).

5 No Ceará, àquela época, somente havia colégio de freiras. A mãe “não queria que a filha estudasse com freiras [...], e ela não queria me dar uma instrução de rico” (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 122).

6 No Brasil, a República Velha foi o período compreendido entre a “Proclamação da República”, em 1889, e a Revolução de 1930.

7 Coligação de oposição que apoiava as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa nas eleições presidenciais de 1º de março de 1930, por iniciativa de políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

8 Conforme entrevista com Francisco Carlos, a UDF foi idealizada por Anísio Teixeira e visava a suprir uma deficiência básica da educação brasileira: a ausência de professores graduados.

9 Anísio Teixeira foi secretário de Educação da Bahia de 1924 a 1929, diretor de instrução pública do Rio de Janeiro de 1931 a 1935, reitor da UDF em 1935 e reitor e vice-reitor da Universidade Nacional de Brasília (UnB) de 1962 a 1964 (Matos, 2016b), entre outros.

10 Pós-doutor em história política e social na Universidade de São Paulo (USP). Foi chefe de gabinete de Maria Yedda durante o I PEE. É considerado discípulo e filho intelectual adotivo de Maria Yedda.

Com o fechamento da UDF, após a prisão do prefeito progressista Pedro Ernesto e com a perseguição de Anísio Teixeira (Moraes e Rego, 2002), Maria Yedda foi transferida para o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil. Em seguida, foi bolsista na Universidade de Columbia, Estados Unidos, onde permaneceu até 1942. No alvorecer da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Yedda trabalhou como professora de português e comentarista em duas rádios, NBC e CBS. Na universidade, especializou-se na problemática das classes populares, particularmente a do negro estadunidense (Bittencourt *et al.*, 2007; Linhares, 2004; Moraes e Rego, 2002).

Ao retornar para o Brasil, reiniciou seus estudos na FNF, mas sua experiência mais significativa foi o ingresso na União Nacional dos Estudantes (UNE). “*Ábrasilerei*, totalmente, o meu reencontro com a ‘pátria amada’ foi espetacular e se fez através da UNE” (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 130). Na UNE, mobilizou-se para formar a opinião pública, promovendo a campanha do envio de tropas à Itália, no combate ao nazifascismo. Maria Yedda registrou, nessa sua volta, ter conhecido uma juventude intelectual e politizada, como Gabriel Lacombe, francês que ela admitiu ser sua maior influência até 1973, além de Carlos Drummond de Andrade e Carlos Marighela. O fim do regime do Estado Novo passou a ser o tema de mobilização (Moraes e Rego, 2002).

Em 1946, Maria Yedda Linhares foi convidada para a função de assistente de ensino da cadeira de história moderna e contemporânea, trabalhando com Antero Manhães e Delgado de Carvalho. Recém-empossada, passou a estudar a história das relações internacionais. O trabalho da então assistente inovou um fazer história moderna e contemporânea para além daquele antigo modelo de interpretações de textos, sinalizando a importância de se investigar as diversas fontes existentes, como as documentais, as bibliográficas e as oficiais. O que se observa é que suas aulas congregavam a pretensão de desenvolver pesquisas diversificadas, bem como críticas bibliográficas e historiográficas, práticas bastante diferentes naquela década de 1940.

Em 1953, Maria Yedda realizou concurso para livre-docente na universidade, em um momento que coincidia com a proximidade da aposentadoria compulsória de Delgado de Carvalho e, desafortunadamente, com a morte prematura de Antero Manhães. Depois de seis meses, Maria Yedda concluiu a tese que a legitimou para a livre-docência, intitulada *As relações anglo-egípcias e o Sudão*. No ano seguinte, Delgado se aposentou e Maria Yedda assumiu interinamente a cátedra. Em março de 1957, logrou êxito no concurso para a cátedra de história moderna e contemporânea. Para aquele concurso, Maria Yedda elaborou outra tese na área das relações internacionais, sobre a temática da política francesa no Marrocos no princípio do século XX, intitulada *A queda de Delcassé: um problema de interpretação histórica*. A seguir, depoimento de Maria Yedda sobre a atividade acadêmica:

Apoiada em documentação, formalmente dentro do figurino, mas na minha opinião, precária. Não era possível uma pessoa do Rio de Janeiro fazer uma tese de cátedra sobre um aspecto da política francesa do início do século, por mais relevante que fosse esse aspecto. De qualquer maneira, fiz a tese e defendi com grande galhardia. [...] Fui a primeira catedrática mulher da Faculdade de Filosofia [...] Mesmo em São Paulo não havia. (Ferreira, 1992, p. 226)

Ao longo de seu percurso formativo e profissional, os assessores que trabalharam com Maria Yedda evidenciam que ela tenha consubstanciado um trabalho diferenciado, “feito história” em meio às antigas tensões de gênero da Academia fluminense de sua área, marcadamente masculinas: Eremildo Viana, denunciador de professores; Hélio Vianna, tradicionalista; Silvio Lima, que se limitava estritamente ao seu tema de especialidade (Moraes e Rego, 2002). Nesse sentido, o diálogo com Lia Faria¹¹ e uma entrevista de Yedda, em 2007, rememoram:

Falar de Maria Yedda é um compromisso histórico de recuperar a memória de uma das intelectuais mais importantes do Brasil. [...] Maria Yedda foi a primeira mulher acadêmica titular da universidade brasileira e também a mais jovem. Em uma época na qual não havia mídias, ela escriturou uma tese [...] em que teve que realizar pesquisas em embaixadas, sobre um tema que [...] não havia nada em português [...] Ela [...] inaugurou o estudo de temas contemporâneos. (Matos, 2017a, p. 1.051)

Olha, foi muito interessante. Os jornais todos... era uma novidade, o Brasil era pequeno, o Rio de Janeiro era uma droguinha. Isso era um acontecimento. Como mudou o país! Uma jovem disputar uma cátedra era um acontecimento de primeira página de jornal. Foi uma sensação e ao mesmo tempo a minha desgraça, porque provocou muita inveja no pessoal de História Antiga, História Medieval, naqueles que se julgavam os donos da bola, os donos da universidade [...] O fato de ter sido a primeira catedrática provocou, indiscutivelmente, uma reação positiva em alguns setores e extremamente negativa em outros. (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 132-133)

Não menos importante foi seu crescimento e atuação intelectual na faculdade: “Na medida em que eu subia profissionalmente ali dentro, fomos formando um grupo [...] A chegada de Darcy Ribeiro foi um alento, o azougue intelectual, que ele é, produziu uma grande mobilização” (Ferreira, 1992, p. 227).

Nos anos de 1960, Maria Yedda continuou a transformar e a propiciar novas possibilidades para o curso de história. Assim, modificou o currículo, alterou a avaliação e as atividades acadêmicas dos alunos, propiciou grandes fóruns de debates sobre novas temáticas, sugeriu novas bibliografias para o curso, inaugurou séries de revistas e de documentos publicados, adquiriu livros importados, produzindo novos caminhos na formação do aluno do curso de história.

Quando seu marido, José Linhares, realizou curso na Escola Superior de Guerra (ESG), alertou Maria Yedda de que os militares estavam preparando uma guerra psicológica para a tomada do poder. Maria Yedda não acreditou: “Não, você

¹¹ Pós-doutora em educação (Universidade de Lisboa). Foi responsável pela formação de professores no I PEE. É professora da Faculdade de Educação da UERJ e coordenadora do LER.

está sonhando, o Jango¹² tá muito bem... tá muito firme, não vai acontecer nada” (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 133). Naquele período pré-golpe, Maria Yedda era diretora da Rádio Ministério da Educação, indicada pelo chefe da Casa Civil,¹³ sendo considerada comunista por vários meios de opinião pública. Acerca do golpe de 1964, ela afirmou:

O golpe militar nos tomou de surpresa. Ficamos atônitos e nos sentimos órfãos. Fizemos autocritica e chegamos à conclusão de que fomos ingênuos acreditando na viabilidade da Revolução Brasileira. A revolução pacífica, sem armas, salvo as da inteligência, do patriotismo, da boa vontade em transformar o país, em mudar o curso da História. Chegamos à conclusão de que nada conhecíamos do país e que era preciso começar a esmiuçar, a pesquisar, a buscar novos marcos de interpretação. (Ferreira Júnior *et al.*, 1988, p. 90)

[...] tive que me afastar. Não fiquei bancando a heroína, sentada, esperando ser presa [...] dormi e quando acordei, no dia seguinte, os jornais noticiavam que o Eremildo Viana tinha assumido a Rádio MEC. Fiquei louca da vida.¹⁴ (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 136-137)

Depois do golpe, o secretário da Embaixada Inglesa chamou Maria Yedda para visitar o Reino Unido, como convidada do governo. Após três meses na Inglaterra, negociou, com dificuldades, uma licença de um ano com o governo militar, exilando-se na França, para então ministrar cursos no Instituto da América Latina (Bittencourt *et al.*, 2007). Na França, o professor Braudel não queria que Maria Yeda voltasse ao Brasil, para que não fosse presa. Após levantar os custos dessa volta, políticos e financeiros, Braudel chegou a afirmar: “Muito bem, seja presa, pois a prisão é fundamental para formar o historiador!” (Moraes e Rego, 2002, p. 23). Quando retornou ao Brasil, em

12 João Goulart (Jango) foi presidente do Brasil entre os anos de 1961 e 1964. Foi deposto pelo golpe militar, em 1964, quando defendia as reformas de base. Jango teve Darcy Ribeiro como ministro da Educação, entre 1962 e 1963, e como chefe do Gabinete Civil, entre 1963 e 1964.

13 Conforme testemunho de Francisco Carlos, ressalta-se que, quando “Darcy Ribeiro era chefe da Casa Civil do governo João Goulart, foi ele quem nomeou Maria Yedda diretora da Rádio Ministério de Educação e Cultura para colocar em prática programas, inclusive de educação à distância [...] Eles conviveram intensamente e trabalharam todos juntos nas reformas de base no Governo João Goulart. Na tentativa de golpe de estado de 1961 [...] a rádio MEC foi uma das únicas não invadidas pelos grupos paramilitares. Se pôs a fazer a campanha e se colocar à disposição do Leonel Brizola e do Terceiro Exército, que resistiam à tentativa de impedimento da posse de João Goulart. Essa relação e essa identidade política são muito anteriores a 1982” (Matos, 2017b, p. 113).

14 Eremildo Viana, ajudado por tropas militares, ocupou a Rádio MEC, então dirigida por Maria Yedda Linhares, a pretexto de que lá existia um foco de agitação e havia armas armazenadas para desencadear atos subversivos. Nas semanas que se seguiram, Maria Yedda foi afastada, e Eremildo Viana passou a ocupar seu lugar (Ferreira, 2014, p. 34).

1965, Maria Yedda e seus assistentes, Hugo Weiss e Francisco Falcon, continuaram inovando na adoção de procedimentos didático-pedagógicos quanto à escolha de temáticas problematizadoras. Segundo Maria Yedda,

[...] fui muito engajada nisso, sobretudo no início dos anos 60. Quando se começou a discutir a política externa independente do Brasil, me envolvi até a raiz dos cabelos. Acho que, no conjunto, desempenhamos um papel muito importante na Faculdade de Filosofia. A Faculdade de Filosofia era uma imensa caixa de ressonância. Os militares olhavam aquilo com muita desconfiança e nós estávamos sendo observados, analisados e fichados sem saber. (Ferreira, 1992, p. 231)

Quanto às reformas do professor Eremildo Vianna na FNFi, Maria Yedda declarou: “Foi um demolidor. Demoliu a Faculdade Nacional de Filosofia e impediu que se construísse o IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais], lacaio da ditadura que foi, denunciante de alunos e professores” (Ferreira Júnior *et al.*, 1988, p. 91). Nas palavras de Francisco Carlos, Eremildo Vianna foi um oportunista, envenenador, que nem esperou a chegada dos agentes da repressão: tomou a iniciativa de delatar na primeira hora (Silva, 2012). Logo, é provável que Vianna tenha contribuído para o fichamento¹⁵ de Maria Yedda no Departamento de Ordem Política Social (DOPS). Naquele período, ela respondeu a nove inquéritos militares.

Fui presa várias vezes, sempre por militares. Respondi a última investigação militar diretamente sob o comando do coronel Ernani Airosa, no quartel na entrada da Quinta da Boa Vista. Foi um depoimento extremamente longo e o único verdadeiramente civilizado. É evidente que, em todas essas investigações a que fui submetida, ficou patenteado que, desde 1964, se tratava de uma vingança pessoal de Eremildo Luis Viana, colega na Universidade do Brasil, altamente beneficiado pelos amigos da Marinha e do Exército. (Baldez, 2008, p. 15)

Os relatórios do DOPS (1972) assinalam que Maria Yedda comunizaria a Rádio Ministério da Educação, e, ainda, que ela e o marido realizavam reuniões subversivas, na própria residência, com Prestes, Brizola, Arrais, Darcy Ribeiro e alunos da faculdade. De acordo com Falcon (2012, p. 13), Maria Yedda, em 1967, participou da reorganização do movimento estudantil promovendo protestos por meio de uma espécie de tertúlias intelectuais, discutindo, em grupo, temas da ordem do dia, autores tradicionais e novos autores, como Michel Foucault, Louis Althusser, Nikos Poulantzas, Jacques Rancière, entre outros. A esse respeito, Yedda afirmou em entrevistas:

15 Segundo essa documentação, Maria Yedda, “por ordem da célula comunista, aliciava os alunos do curso de filosofia [...] e disseminava ‘ideias de subversão contra o então chefe do Departamento de Filosofia’” (Ferreira, 2014, p. 34).

Era uma grande entusiasta da história russa, da história soviética, mas nunca fui comunista. Nunca fui dirigida por partido político, embora eu fosse amiga, simpatizante. Fui muito antinazista, antifascista; fui muito militante do ponto de vista social, de atuação na sociedade brasileira, mas nunca partidariamente. (Frizzo, Moerbeck e João, 2007, p. 3)

Nunca me filiei a qualquer grupo ou partido político, mas sempre cumpri com o que eu mesma considerava ser um dever de intelectual e professora universitária — ficar alerta, defender meus alunos, apoiar os atos públicos de protesto ou de esclarecimento, dependendo do assunto e do momento. Nesse sentido, fui uma intelectual participante, engajada, mas não partidária nem filiada. (Moraes e Rego, 2002, p. 31)

Após a outorga do Ato Institucional 5 (AI-5),¹⁶ prevendo sua perseguição, Maria Yedda preparou seu passaporte e solicitou licença-prêmio. No entanto, por motivo familiar, decidiu não viajar ao exterior, sendo presa várias vezes em 1968. No dia 2 de janeiro de 1969, após ser noticiada sua prisão preventiva, houve a intervenção de seu marido, José Linhares. O então general-presidente Costa e Silva a libertou, após receber cartas de protestos e convites dos intelectuais franceses Jean Paul Sartre, Fernand Braudel, Fredéric Mauro e Jacques Godechot, o que representa a força do seu papel acadêmico. Maria Yedda foi, então, compulsoriamente aposentada,¹⁷ indo morar na França, onde viveu de 1969 a 1974 trabalhando como professora visitante, contratada pelo Conselho Geral das Universidades. Naquele país, lecionou história contemporânea em Vicennes e em Toulouse, o que possibilitou sua sobrevivência. Qualquer visita ao Brasil era monitorada pela polícia política.

Em meados de 1974, Maria Yedda retornou ao Brasil, por ocasião do nascimento de sua neta.¹⁸ Em 1975 e 1976, permaneceu estudando em sua residência, traduzindo diversos livros e documentos para o português.¹⁹ Em 1977, foi convidada para trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, na qual inaugurou um programa de mestrado em estudos e história da agricultura.²⁰ Ainda naquele período, continuava a ser monitorada pela polícia política e, após a anistia política (1979), Maria Yedda foi lecionar no curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolvendo uma linha de pesquisa sobre história agrária. Em 1980, reocupou sua cátedra de professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Ferreira, 1992).

16 Com o advento do AI-5, em 1968, a ditadura endureceu, suprimindo as garantias individuais, públicas ou privadas, e concedendo aos militares o poder para proibir manifestações políticas.

17 Aposentada sem salário. Apenas a partir de meados de 1969 passou a receber uma pequena remuneração *pro forma* (Baldez, 2008).

18 Maria Yedda teve dois filhos com José Linhares: Maria Teresa (Teca) e José (Zequinha). De Teca, veio sua primeira neta, Patrícia (Bittencourt *et al.*, 2007; Silva, 2011).

19 Ainda assim, não era autorizada a assinar as traduções que fazia (Baldez, 2008). Então uma sobrinha de Maria Yedda assinava em seu lugar.

20 A análise da história da agricultura brasileira é a chave para entender o papel mundial do Brasil.

TENSÕES E CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO/NO RIO DE JANEIRO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (1983-1986)

Os múltiplos olhares, da cátedra à ação políticopedagógica, enquanto secretaria municipal e estadual de Educação do Rio de Janeiro (RJ), revelam um cotidiano entrelaçado, em meio aos sucessivos embates travados nos campos da educação, da política e da história nacional e fluminense. (Faria, 2008, p. 4)

As tensões e contradições que rondaram a gestão da secretaria de Educação Maria Yedda Linhares foram as mais diversas possíveis, sobretudo por iniciar uma gestão municipal no bojo da redemocratização em que o país estava vivendo. No olho desse furacão, estabeleciam-se embates, discordâncias, negociações, alianças e, não menos importante, o anseio por novos horizontes e possibilidades para a história fluminense.

Em 1982, com a eleição de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, Maria Yedda, em meio a uma aula na UFRJ, foi convidada para ser a secretária de Educação do município do Rio de Janeiro. Inicialmente, Maria Yedda recusou o convite, afirmando que não sabia nada de educação de primeiro grau (Bittencourt *et al.*, 2007), mas o apelo de Leonel Brizola foi irrecusável.²¹

O partido de Leonel Brizola (PDT) também mobilizou uma equipe competente, levando em sua formação a consideração de habilidades políticas. Silas Ayres,²² que depois se tornara chefe de gabinete de Maria Yedda, foi chamado por sua inserção no PDT. Em seu testemunho, Silas Ayres esclarece:

Um dia, eu recebi um telefonema do Paulo Bessa, chefe de gabinete do professor Darcy, dizendo que precisava urgente conversar comigo, pedindo para que eu passasse lá na Secretaria [...].

Quando cheguei lá, a professora Maria Yedda, muito espontaneamente, disse: “Professor, eu preciso do senhor”. “Mas em quê, professora?”. Ela respondeu: “Eu quero que você venha para cá, para minha Secretaria, trabalhar comigo, porque o Paulo Bessa disse que você conhece todo o PDT [...] Conhece todos esses partidos políticos e eu estou aqui como secretária e estou recebendo uma demanda grande dos políticos. Chegam aqui vereadores, deputados estaduais, deputados federais. Eu nem sei de que partidos são eles, o quê que eles representam, [...] está havendo muita pressão e eu gostaria que ficasse você aqui comigo”. (Matos, 2017c, p. 286-287)

21 Francisco Carlos, em entrevista, narrou: “Maria Yedda já conhecia Brizola há longo tempo. Na tentativa de golpe de estado de 1961, quando Jânio Quadros renunciou e as Forças Armadas tentaram impedir a posse de João Goulart, Maria Yedda, na direção da Rádio MEC, colocou a rádio em cadeia com a Rádio Farroupilha do Rio Grande do Sul, na chamada cadeia de luta pela legalidade” (Matos, 2017b, p. 123).

22 Professor da Secretaria Municipal de Educação. Foi chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação na gestão da professora Maria Yedda (1983-1985).

Tal depoimento demonstra o quanto atores políticos tentaram articular-se na pasta da Educação fluminense, sem propriamente serem convededores das demandas educacionais das classes vulneráveis. Para além, os registros analisados indicam que a assessoria de Maria Yedda pautou-se em uma diversidade cujas origens estavam associadas à militância política, ao mundo acadêmico, bem como às instâncias sindicais, entre outras mais. Sobre a escola pública, Maria Yedda verbalizou: “nós temos que prestar contas à população. Prestar contas ao povo que paga os impostos e mantém a escola funcionando” (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 160). Também há evidências nos depoimentos registrados e nas resoluções coletadas no acervo da prefeitura carioca sinalizando que Maria Yedda combateu a politicagem e o clientelismo *chaguista*. Não raramente, exonerou diretores considerados *chaguistas*, bem como determinava a instauração de sindicâncias para apurar irregularidades administrativas.²³

Não obstante, os depoimentos e documentos analisados apontam que a cultura popular também foi foco de atenção na gestão da professora Maria Yedda, que valorizou costumes populares, em prol da transformação social. Nesse escopo multidimensional, observa-se que o projeto político-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro tinha como prioridade a *democratização da escola e do ensino*, bem como a *revalorização do ensino público*, o qual teria sofrido processo de deterioração, provavelmente intencional, em favor do ensino particular nos anos de autoritarismo (Ryff, 1985, p. 6). A proposta de Maria Yedda baseava-se nas seguintes premissas, consideradas republicanas:

- 1 – de que a educação é mais determinada do que determinante nas suas relações com a sociedade que a rege, e em cuja reprodução desempenha um papel fundamental, mas que, apesar disso, não pode haver transformação dissociada da escola;
- 2 – de que a educação, mais do que uma especialidade que exige conhecimentos técnicos, é uma questão política e cultural e, por isso mesmo, polêmica. Assim, a sua evolução, no que se refere a maior ou menor participação do Estado, é da alçada do sistema político, social e ideológico. (Linhares, 1991, p. 4)

No contexto das leis da ditadura, a pesquisa observou que Maria Yedda concebia que a falência da escola pública se relacionava aos interesses das classes dominantes, “daí a violência com a qual a sociedade letrada expulsa as crianças pobres da escola, sem lhes dar a esperança de um dia ingressarem no mundo dos cidadãos [...] e da comunidade dos que podem ter conforto e bem-estar” (Linhares, 1991, p. 4). “No fundo, a escola pública estava reproduzindo a sociedade iletrada do país. Ela não estava sendo a escola específica para uma população específica, [...] que tinha tradições diferentes da população de Copacabana” (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 150). Cabe recobrar alguns momentos do desenvolvimento desses propósitos:

23 O testemunho de Francisco Carlos assinalou que não “havia confiança na administração pública que vinha do *chaguismo*. Não sabíamos se houve processo [...] eu tinha razão de sobra para não confiar na burocracia que estava ali” (Matos, 2017b, p. 127).

Há cinco meses no cargo [...], a professora Maria Yedda Linhares chegou à conclusão de que, em geral, as escolas públicas estão oferecendo hoje um ensino de tapeação [...] “A partir do ano que vem, as turmas de alfabetização deverão ter um máximo de 25 alunos, contra a média de 40 de hoje. [...] Se daqui a quatro anos a criança da escola pública terminar o primário sabendo escrever, ler e discutir o que leu, darei minha missão por mais do que cumprida”. (Farr, 1983, p. 26)

Outra coisa muito importante era a questão da democratização da escola. Na sua gestão, foram formados conselhos de escolas. Comunidades com participação de pais, professores, substituindo as antigas associações de pais, e a volta dos grêmios estudantis que começam a ser reabertos. (Silas Ayres *in* Matos, 2017c, p. 293)

Nesse cenário, buscando desenvolver as capacidades individuais dos alunos das classes populares, a pesquisa evidencia que Yedda revisitou os preceitos teóricos com os quais defendia os ideais democráticos e republicanos no Brasil. Até mesmo adversários políticos reconhecem essa postura da professora, como o sindicalista e professor Godofredo Pinto²⁴ em entrevista:

Maria Yedda era uma pessoa que tinha uma visão democrática da instituição escolar. Tinha, como prioridade, a educação. Queria criar acesso à educação para as camadas populares. Tinha um compromisso com a educação geral, uma visão unitária, universalista do direito à educação, democrática. Entendia que eram as camadas mais necessitadas, mais carentes, quem precisavam de maior apoio do Estado, do poder público. Ela tinha essa visão da escola, como um espaço de construção e de afirmação da cidadania. (Matos, 2018, p. 9-10)

Além disso, pesquisando diretrizes seguidas pela professora nos documentos, observa-se que, por meio da resolução SME n. 212, de 24 de agosto de 1984 (Rio de Janeiro, 1984c), Maria Yedda institucionalizou o Conselho Escola-Comunidade na rede municipal buscando alternativas democráticas de interesse da comunidade escolar. Tanto na orientação política quanto nas ações pedagógicas, Maria Yedda procurou semear pensamentos e ações voltadas para a educação republicana (Perspectivas..., 1985). Outro indicativo dos ideais de Maria Yedda foi a criação de um ano letivo antes da primeira série do 1º grau: a classe de alfabetização. Pela nova proposta, implantada em 1985, haveria a avaliação continuada da classe de alfabetização para a 1ª série, ao mesmo tempo em que se extinguiriam as classes preliminares que atendiam os alunos considerados imaturos e as de alunos ditos especiais. Outro registro refere-se à promoção de bolsas de estudo de custeio integral, de 5ª a 8ª série do 1º grau,²⁵ em escolas particulares, ainda em 1983. Como não havia

24 Professor de matemática, com mestrado em lógica. Ingressou na vida pública pela via sindical. Foi fundador, em 1977, e primeiro presidente eleito, em 1979, do CEP, atual Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE).

25 Atual ensino fundamental.

vagas suficientes para a demanda da rede pública, tal promoção visou atender aos interesses das classes populares.

Maria Yedda também foi uma das articuladoras do “Encontro de Mendes” (Ribeiro, 1986), ponto culminante das discussões dos professores públicos sobre as principais teses que deveriam balizar a educação fluminense, como a criação dos CIEPs. Para Darcy Ribeiro (1986, p. 6), o encontro foi concebido como um verdadeiro anticongresso, um momento para se ouvir professores diretamente atuantes nas salas de aula, “onde as decisões [viriam] da base. Normalmente, nos congressos sobre educação, os doutores, pedagogos e *sábios* discutem muito, apresentam teses e tudo fica no papel, cai no esquecimento”.

O texto destaca que o período estudado foi marcado por grandes embates intelectuais,²⁶ em que se propunha uma educação de tempo integral. Para Maria Yedda, um horário mais rigoroso, de tempo integral,²⁷ seria indispensável para a implantação de uma educação integral (Baldez, 2008). Para Francisco Carlos, esse aumento de tempo se contrapunha àqueles turnos de três horas e meia das escolas de “papelão”.²⁸ A esse respeito, o professor Silas Ayres ressalta:

A concepção da escola de educação integral era muito mais do que tempo integral. Ficou muito ligado essa história de que a criança entrava às sete horas, fazia um lanche, depois saía às cinco horas, depois de tomar banho, jantar. Isso foi muito o que a mídia enfatizou. Mas era muito maior. Quem lê o livro preto do CIEPs, quem lê sua proposta pedagógica, vê que a ideia de uma educação integral era no sentido da pessoa integral, todo ser da pessoa, em suas várias atividades. Era uma educação, do ponto de vista na história do Brasil, que não havia até aquela época. (Matos, 2017c, p. 299)

Ainda hoje as experiências da educação de tempo integral do I PEE são referências para estudos e até mesmo para campanhas políticas. A pesquisa evidencia que Maria Yedda administrou em prol da educação pública: “o sucesso da escola pública significa(ria) uma questão de sobrevivência se quisermos existir como povo

26 A escrituração da Carta de Goiânia, em 1986, é um grande exemplo desses embates. Os educadores presentes na IV Conferência Brasileira de Educação, em setembro de 1986, propuseram princípios básicos a serem inscritos na Constituição, a fim de enfrentar os problemas crônicos referentes à universalização e qualidade de ensino, à gratuidade escolar, às condições de trabalho do magistério e à escassez e má distribuição das verbas públicas.

27 Para Godofredo Pinto, “A questão do tempo integral deveria ser da rede como um todo, progressivamente, de quatro horas, passar para cinco horas, seis horas. [...] Seria melhor mais crianças com 5 horas de aula do que menos crianças, aquelas que estavam nos CIEPs, com tempo integral” (Matos, 2018, p. 13). Hildésia Medeiros, que assumiu o CEP depois de Godofredo, fez narrativas distintas: “Sempre concordamos com a proposta de escola de tempo integral. Em termos do CEP, nós nunca fomos contra a proposta do tempo integral [...] a proposta poderia ser um modelo extremamente importante, como, de alguma maneira, terminou sendo” (Matos, 2017b, p. 138).

28 Eram escolas pré-moldadas de madeira. Não suportavam chuva. Além de tudo, para ter eficiência no número de matrículas, os turnos duravam três horas e meia.

e nação” (Faria, 2008, p. 13). Desse modo, o discurso de Maria Yedda apregoava uma gestão para além dos CIEPs, iniciando um programa que pretendia acabar com o distanciamento que os *brizolões* apresentavam em relação às escolas consideradas convencionais (Emerique, 1997). Cunha (2005, p. 151) ratifica tal assertiva afirmando que Maria Yedda “deu início a um processo de elaboração de uma nova proposta pedagógica para o ensino de 1º grau, que não fosse exclusiva dos CIEPs”.

Ademais, outros avanços foram evidenciados na formação e nas condições de trabalho dos professores. Em plena ditadura, Maria Yedda concebia que: “A educação foi sofisticada com nomes complicados, com um pedagogismo e um psicologismo exagerados. Na realidade, o professor precisa é saber bem o que vai ensinar” (Farr, 1983, p. 26). Muito mais que uma “parafernália tecnológica”, era necessário que o professor primário conhecesse sua língua, dominasse seu assunto. Silas Ayres também ratifica avanços nessa direção: “A professora deu ênfase à alfabetização. Inclusive, tentou remunerar melhor o professor alfabetizador, porque ela achava que uma criança bem alfabetizada abre o caminho para o restante na área da educação” (Matos, 2017c, p. 293). A busca da regulamentação de gratificação de atividade em região de difícil acesso confirma esse intento, como se observa na resolução n. 206, de 31 de julho de 1984, que criou grupo-tarefa com especialistas, com o prazo de trabalho de 30 dias (Rio de Janeiro, 1984b).

Para além dos prédios dos CIEPs, foi observado que Maria Yedda adotou outros modelos arquitetônicos, como as “Lelés”.²⁹ “Várias escolas foram reformadas, ampliadas, muitas salas de aulas foram acrescentadas, novas quadras, sem serem os CIEPs e sem serem ‘Lelés’” (Miglievich e Nolasco, 2014, p. 226). Segundo Ryff (1985), até 15 de outubro 1985, foram reformadas 279 escolas, aproximadamente uma reforma a cada 3,3 dias. Aproximadamente, 53 prédios escolares reformados tinham valor histórico.

Salienta-se que o discurso de Maria Yedda nem sempre convergiu ao de Brizola e de Darcy Ribeiro (Bittencourt *et al.*, 2007, p. 155-156), demonstrando que existia, em sua gestão, comprometimento maior com a coisa pública do que com os políticos que a nomearam. O diálogo com Godofredo Pinto certifica essas divergências:

[...] tinha informações de que [...] eram muito frequentes as discordâncias entre eles, especialmente da Professora Maria Yedda com o Professor Darcy [...], e talvez também com o governador Brizola [...] Esses tensionamentos eram decorrentes de uma visão política diferenciada. A Professora Maria Yedda era de formação marxista [...] e tinha, portanto, uma visão política um tanto diferenciada do Professor Darcy, que também tinha uma postura de esquerda, socialista, porém [...] próximo do populismo. (Matos, 2018, p. 5-6)

29 Escolas pré-fabricadas, projetadas por João Filgueiras Lima. Era um meio prático e barato para construção de uma escola em dois meses. O governo Brizola construiu mais de 200 escolas desse tipo (Bittencourt *et al.*, 2007). Por seu turno, Godofredo Pinto pondera que “as escolas do Lelé ficaram completamente abafadas, secundarizadas com relação ao peso que tinham os *brizolões*. Os CIEPs possuíam muita visibilidade” (Matos, 2018, p. 8).

Apesar de tais contrapontos,³⁰ os registros assinalam que Maria Yedda não descuidou da efetivação dessa utopia, apoiada no discurso da educação continuada do professor e no estabelecimento de condições para a consecução daquela proposta inovadora, como se observa em matéria jornalística da época:

A intenção do Governo, segundo Maria Yedda Linhares, é tornar o Centro Integrado de Educação Pública uma escola de reciclagem [sic] dos professores da rede oficial, o que atualmente é feito através de palestras. O próprio espaço tornará a escola anticonvencional: as carteiras serão diferentes e dispostas provavelmente em círculo, aproximando mais as crianças e o professor. Pedagogicamente, a maior transformação poderá ser a criação do horário integral para os alunos do pré-escolar e do primário. (Estado..., 1983, p. 6)

Ou seja, a proposta de Maria Yedda era um contraponto ao tecnicismo que vigorava na época, o que também não foi aceito por toda a rede de ensino. Vale destacar apontamentos de que também havia certo preconceito, por parte de professores da Secretaria Municipal de Educação, contra Maria Yedda, por ela não possuir experiência no então ensino de 1º grau. A esse respeito, o depoimento da pesquisadora Libânia Xavier³¹ sinaliza: “[...] sempre me perguntei como uma historiadora, com perfil superacadêmico, de pesquisadora, abraçou o cargo de secretária de Educação. Acredito que ela tenha abraçado esse cargo pensando no potencial democratizante que ela poderia desempenhar” (Matos, 2016a, p. 234).

Nesse escopo, os depoimentos ressaltam a influência de Anísio Teixeira sobre o pensamento de Maria Yedda para a educação básica. Francisco Carlos destaca que Yedda “era uma aluna de Anísio Teixeira. Com Anísio Teixeira, foi que ela encontrou Darcy Ribeiro. Via Anísio Teixeira, também encontrou com Paulo Freire. Há uma ambiência, desde logo, na questão de formação de professores” (Matos, 2017b, p. 155). De acordo com o depoimento de Lia Faria: “Anísio, Maria Yedda, Darcy Ribeiro, Paulo Freire³² trabalharam juntos naqueles anos 1960, naquele momento de João Goulart, de reformas de base, da UnB. Eles tinham contato e trocavam muitas ideias” (Matos, 2017a, p. 1.054).

Com base nas marcas de Anísio Teixeira, evidencia-se, com relevância, a convivência com o francês Gabriel Lacombe e sua experiência na França para a construção do pensamento pedagógico do I PEE. Ainda em entrevista, a professora

30 Para Godofredo Pinto, “Ela era, até por dever de ofício, vinculada a um governo. Subordinada não hierarquicamente, mas sim politicamente ao Darcy Ribeiro e ao governador Brizola. Portanto, seus atos e fatos, na interlocução com o CEP, era em prol da defesa do Programa Especial de Educação. Apesar de eu imaginar que ela pudesse ter suas restrições, por ter uma visão mais universalista na interlocução com o CEP, objetivamente, ela defendia o programa do governo” (Matos, 2018, p. 9).

31 Professora titular da Faculdade de Educação da UFRJ, pós-doutora em educação. É pesquisadora do I e II PEE no Rio de Janeiro.

32 Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil de João Goulart, foi quem nomeou Paulo Freire para o Programa Especial de Alfabetização de Adultos, que se tornou mundialmente conhecido como método Paulo Freire.

Lia Faria pontua: “Cabe destacar que Maria Yedda tinha grande influência francesa. Quando ela foi para o exílio, ela ministrou aula em Sorbonne e, como afirma Inês Barbosa,³³ a escola pública é uma invenção da Revolução Francesa” (Matos, 2017a, p. 1.055). Para Francisco Carlos:

A Yedda ficou muito tempo exilada na França e ela foi uma pessoa interessada em saber como funcionava [...] a escola republicana francesa.

Temos que fazer um parêntese aqui. A Terceira República na França foi proclamada em 1871. Em 1876 e 78, começaram as leis republicanas. E daí em diante começaram várias leis sobre escolas e se fundou uma escola pública laica, que passou a ser o modelo da escola pública ocidental [...] Na França, a escola é verdadeiramente pública. E foi uma luta, porque, até então, isso era monopólio da Igreja.

Quando o estado Francês montou a escola francesa, laica e científica, progressista nesse aspecto, ele também proibiu as escolas religiosas. Com isso, vieram todos esses *Sacré-Coeur de Marie*, vieram maristas [...] Tudo que foi expulso da França veio para o Brasil. E a escola francesa se tornou esse modelo de escola republicana.

A ideia básica é que a escola não é lugar de culto [...]. O único culto que tem lugar dentro da escola é o culto cívico, da nação. E isso batia perfeitamente com o jacobinismo do Brizola. Era perfeita essa construção. (Matos, 2017b, p. 156-157)

Portanto, há indícios de que a busca pelo modelo francês guiou resoluções de Maria Yedda quando secretaria municipal de Educação, como *a criação de um comitê franco-brasileiro para domínio da língua e estudo da cultura*, conforme a resolução n. 199, de 29 de maio de 1984 (Rio de Janeiro, 1984a). Destarte, Maria Yedda buscou trazer os saberes decorrentes de sua experiência com os ideais republicanos franceses para a educação fluminense.

No que se refere à relação de Maria Yedda com os profissionais de educação, os depoimentos de Godofredo e de Hildésia Medeiros,³⁴ opositores do governo, registram uma relação respeitosa do Centro Estadual dos Professores (CEP)³⁵ para com a secretária e ratificam que Yedda era uma pessoa que facilitava as negociações dos educadores com o governo. Conforme diálogo com Hildésia:

Enquanto CEP, sempre tivemos uma relação de respeito com ela. Conhecíamos Maria Yedda como uma professora, antes de ser secretária, emérita no campo da educação. No campo da educação à esquerda, não podemos esquecer disso [...]

33 Inês Barbosa é professora da Faculdade de Educação da UERJ.

34 Foi presidente do CEP durante a gestão do I PEE. Professora de história do estado do Rio de Janeiro.

35 Atual SEPE-RJ. Teve origem em 1977 e passou por várias denominações.

Ela foi um marco extremamente interessante, importante. Houve um investimento, uma incidência do governo Brizola na questão da educação, embora eles tenham sacralizado algumas coisas [...] Agora, claro, sabemos que se uma pessoa se submete a ser secretária de Estado, em nome da tal governabilidade, às vezes há algumas dificuldades mais sérias. [...] Do ponto de vista pedagógico, de visão de mundo, a Maria Yedda era uma pessoa com quem podíamos conversar. (Matos, 2017b, p. 148)

Nas diversas entrevistas e declarações, Maria Yedda pontuava que o principal marco de sua gestão foram os CIEPs (Frizzo, Moerbeck e João, 2007), ainda que questões políticas impedissem a continuidade de soluções no campo da educação. A utopia da escola de tempo integral esbarrou na disputa pelo poder político e clientelismo, como se observa nos fragmentos de entrevistas da professora:

Cumpre-me, ainda, rememorar que foi o governo Brizola o único a convocar 52.000 professores de primeiro grau, sob o título “Vamos passar a escola a limpo”, para uma ampla consulta na criação do Programa Especial de Educação, do qual fazem parte os CIEPs. A redução do Programa Especial de Educação a uma questão de custo-eficiência é uma simplificação falaciosa. É exatamente assim que os defensores da escola particular atacam a escola pública. Foi com base nos mesmos argumentos que, tanto o governo Moreira Franco, como o ex-prefeito Saturnino Braga reduziram os investimentos na área de educação, inviabilizando os CIEPs. (Faria, 2008, p. 12)

Foi uma boa experiência, mas muito desgastante. Verifiquei que não tenho a menor vocação para atuar no nível político, nem gosto pela coisa. É um jogo de concessões e não tenho flexibilidade bastante para lidar com os pequenos problemas de políticos locais. Não sei como Darcy resistiu a esse mundo de pressões e contrapressões. O Brizola é de ferro. (Moraes e Rego, 2002, p. 43)

Tal como refletira Maria Yedda, “O Brasil perdeu o trem da escola pública, isto é, universal, laica e gratuita. A política educacional brasileira sempre foi a de privilegiar as classes dominantes, desde as oligarquias rurais até a atual elite econômica” (Linhares, 2000, p. 6). Portanto, rememorar a sua gestão é reforçar os ideais republicanos e democráticos, ainda mais em tempos de conservadorismos, como os da Escola sem Partido.³⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto na esfera política como na cultural, avalia-se que Maria Yedda tenha construído um trabalho cuja tessitura buscou referenciar novas perspectivas no

36 Movimento cujo escopo, segundo Dutra e Moreno (2016), seria eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar e restringir os conteúdos de ensino valendo-se de uma pretensa ideia de neutralidade do conhecimento, considerando como válidos aqueles que servem à manutenção do *status quo* e como doutrinários aqueles que representam uma visão crítica.

processo educacional, democrático, lutando contra o analfabetismo crônico, zelando por alternativas de ingresso de crianças pobres ao mundo letrado.

Desse modo, as evidências indicam que a secretaria de Educação registrou uma moldura muito pessoal em sua gestão na Educação no Rio de Janeiro entre 1983 e 1986. Tal particularidade é reafirmada por alguns fatores presentes nesse protagonismo:

- seguir os pressupostos políticos e ideológicos de Anísio Teixeira;
- compromisso por uma educação de qualidade para as classes populares;
- como entusiasta da escola francesa, assumiu a *res publica* como força motriz em decisões importantes na Secretaria de Municipal de Educação do Rio de Janeiro;
- ter assumido um papel de intelectual no combate às forças opressororas e *clientelistas* que ainda vigoravam com práticas marcadas por autoritarismo e politicagem;
- ter respeitado (e ser referência) (d)os movimentos sociais. Os então presidentes dos sindicatos, em suas entrevistas, deixaram registrado esse respeito à história de Maria Yedda, testemunho do seu compromisso com a educação;
- ter sido assessorada por uma equipe multirreferenciada e comprometida com a construção de uma escola democrática.

Por fim, vale registrar que a postura política de Maria Yedda diante do caos encontrado na Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro, bem como a política de enfrentamento, delineou um projeto contra-hegemônico na capital fluminense.

No entanto, a hegemonia do pensamento educacional na época da redemocratização não se alinhava a uma única proposta de escola pública que oportunizasse novas experiências para os alunos, tampouco a um novo *locus* de interação que alargasse o tempo, que fomentasse novos métodos, práticas, experiências para alunos oriundos da classe popular. Ao final, ainda, indaga-se: A quem interessava a educação de qualidade, gratuita e laica para as classes populares?

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.; LATTMAN, F. Momento de decisão: os anos 1970 e a mídia no Rio de Janeiro. In: FREIRE, A. et al. (org.). **Um estado em questão:** os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 325-363.
- ALBERTI, V. **Manual de história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BALDEZ, C. Entrevista: Maria Yedda Linhares. **Jornal da UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 40, especial n. 1.968, p. 13-16, dez. 2008.
- BITTENCOURT, M. et al. **Memórias da educação pública:** depoimento de secretários da Educação. 2. ed. Rio de Janeiro: CREP, 2007. v. 1 (Entrevista com Maria Yedda Linhares).
- BOSI, E. **Memória e sociedade.** São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- CAPELATO, M. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral: uma ideia forte, uma experiência frágil. In: COELHO, L. M. C. C.; CAVALIERE, A. M. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 93-111.

COUTINHO, N. C. Cidadão brasileiro. **Teoria & Debate**, São Paulo, n. 9, p. 58-63, jan./mar. 1990. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1990/01/06/cidadao-brasileiro/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

COUTINHO, N. C. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-39.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

DOPS — Departamento de Ordem Política Social. **Prontuário 1392**. Resumo dos setores recolhidos da prontuariada Maria Yedda Leite Linhares. Guanabara: DOPS, 1972.

DUTRA, C.; MORENO, C. Escola sem Partido: estratégia golpista para calar a educação. **Carta Capital**, São Paulo, 8 ago. 2016. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2016/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

EMERIQUE, R. B. **Do salvacionismo à segregação**: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro. 1997. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ESTADO debate ensino com professores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 211, 5 nov. 1983. p. 6.

FALCON, F. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social — trinta anos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X013025001>

FARIA, L. Educação, gênero e história. In: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. **Actas** [...]. Porto: Universidade do Porto, 2008. Tema: Cultura Escolar: Migrações e Cidadania.

FARIA, L. **Chaguismo e brizolismo**: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

FARR, R. Alunos do primário ficarão 5 horas na escola em 84. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 135, p. 26, 21 ago. 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/68125. Acesso em: 11 set. 2014.

FERREIRA, M. M. Uma entrevista com Maria Yedda Linhares. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 216-236, 1992.

FERREIRA, M. M. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, out./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400012>

FERREIRA JÚNIOR, M. et al. Ensino e pesquisa em história: uma entrevista com Maria Yedda Linhares. **Arrebalde**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 83-95, maio/ago. 1988.

- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologias da pesquisa educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-90.
- FRIZZO, F.; MOERBECK, G.; JOÃO, M. T. Entrevista com a professora Maria Yedda Linhares. **Cantareira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 3, 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/mat/ent2.htm>. Acesso em: 19 set. 2014.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LAFER, C. O significado de República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 214-224.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LINHARES, M. Y. L. Escola como formação de cidadania. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 130, 29 dez. 1991. Ideias, Ensaios, p. 4-5.
- LINHARES, M. Y. L. Esperança e decepção na virada do século. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 269, 2 jan. 2000.
- LINHARES, M. Y. L. Em busca da história perdida. **Nossa história**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 48-51, mar. 2004. Entrevista.
- MATOS, S. Entrevista com Libânia Nacif Xavier: o I Programa Especial de Educação (1983-1986). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 231-235, jan./jul. 2016a. <https://doi.org/10.20500/rce.v11i21.3141>
- MATOS, S. Grandes pensadores tensionando o I Programa Especial de Educação (1983-1986). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 3, p. 1.248-1.269, 2016b. <https://doi.org/10.14393/che-v15n3-2016-17>
- MATOS, S. Maria Yedda Linhares e a construção da escola de tempo integral no Estado do Rio de Janeiro: entrevista com Lia Faria. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 1.049-1.057, set./dez. 2017a. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991871>
- MATOS, S. **Memórias e diálogos com a educação integral**: o legado de Maria Yedda Leite Linhares (1983-1986). 2017. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017b.
- MATOS, S. Nos bastidores dos CIEPS: entrevista com Silas Ayres, assessor de Maria Yedda Linhares na SME-RJ (1983-1986). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 285-303, maio/ago. 2017c. <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i2.51489>
- MATOS, S. Vozes políticas na educação fluminense: os anos 1980 e a implementação da escola de tempo integral. **Educação Online**, [S.l.], v. 13, n. 27, p. 1-15, abr. 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/371>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- MEIHY, J.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MIGLIEVICH, A.; NOLASCO, L. Entrevista com Lia Faria — Profa. do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. **Simbiótica**, Vitória, v. único, n. 6, p. 188-232, 2014.

- MIGNOT, A. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, ago. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200005>
- MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. Maria Yedda Leite Linhares [entrevista]. In: MORAES, J. G. V.; REGO, J. M. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 21-44.
- MURILLO, T.; SAUL, V. Entrevista com Maria Yedda Linhares: sua trajetória, suas histórias e opiniões. **Humanas**, Rio de Janeiro, s./p., 1998.
- NEVES, L. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova Pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 85-126.
- PARO, V. et al. **Escola de tempo integral**: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez, 1998.
- PERSPECTIVAS nacionais. A classe desclassificada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 325, p. 4, 3 mar. 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/94042. Acesso em: 11 set. 2014.
- RIBEIRO, D. Estado começa em abril a aproveitar Passarela como centro de ensino. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ed. 331, p. 6, 8 mar. 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/76878. Acesso em: 11 set. 2014.
- RIBEIRO, D. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RIBEIRO, R. Democracia versus República. In: BIGNOTTO, N. (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 13-25.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução SME n. 199, de 29 de maio de 1984. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, ano X, parte IV, n. 103, p. 10, 30 maio 1984a.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução SME n. 206, de 31 de julho de 1984. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, ano X, parte IV, n. 148, p. 9, 2 ago. 1984b.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução SME n. 212, de 24 de agosto de 1984. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, ano X, parte IV, n. 166, p. 11, 28 ago. 1984c.
- RYFF, R. (coord.). **Educação**: município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: JB Indústrias Gráficas, 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/103496. Acesso em: 27 fev. 2017.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, F. C. T. Maria Yedda Linhares (1921-2011). **Carta Maior**, 30 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Maria-Yedda-Leite-Linhares-%BF-1921-2011/19371>. Acesso em: 2 dez. 2013.
- SILVA, F. C. T. **Vox, vocês**: (re)memorar. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SOBRE AS AUTORAS

SHEILA CRISTINA MONTEIRO MATOS é doutora em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora da Universidade Católica de Brasília (UCB).

E-mail: sheilammatos@uol.com.br

LIA CIOMAR MACEDO DE FARIA é doutora em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: liafolia11@gmail.com

Recebido em 10 de março de 2018

Aprovado em 29 de janeiro de 2019

